

Vigilantes denunciam precarização da Comando G8



Trabalhadores e trabalhadoras da Comando G8, empresa que presta serviços de segurança patrimonial na Regap participaram de assembleia, em 2 de fevereiro, convocada pelo Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais. Foram discutidos os descumprimentos de pagamento de benefícios, horas extras, alimentação, e outros assuntos. Numa clara demonstração de prática antissindical, representantes da Comando G8 fizeram ameaças de demissão a quem participasse da assembleia, na tentativa de impedir a organização da categoria.

Segundo informações, a Comando G8 não paga as horas extras corretamente; o pagamento relativo às férias e o recolhimento do FGTS são feitos fora

do prazo e o direito a 15 minutos de descanso, conforme prevê a convenção coletiva da categoria, não são respeitados. A empresa também pratica valores diferenciados de hora refeição (interjornada), sendo que o benefício de cesta alimentação tem o valor irrisório de R\$ 202,00.

Como se não bastasse, a empresa não providencia a troca de uniformes a cada seis meses, deixando que alguns trabalhadores usem uniformes rasgados e desgastados. Quando recebem o uniforme, eles precisam experimentá-lo na rua, porque o acesso ao interior da empresa não é permitido. Também não há vestiário para as trabalhadoras da empresa, que só têm a opção de usar o banheiro feminino da recepção da Regap, con-

sequentemente não há armários para guardar os EPI. Outra reclamação é que não há facilidade de contato com a empresa para fazer reclamações sobre as condições precárias de trabalho.

Os problemas com a Comando G8 começam desde o momento em que o trabalhador é admitido na empresa, sendo obrigado a pagar do próprio bolso o custo com o transporte de deslocamento casa-trabalho. Em caso de cursos de aperfeiçoamento, o ônus também recai para os trabalhadores.

Houve o relato de que quando um vigilante se envolveu em acidente com o veículo da empresa, os custos com os reparos foram descontados no salário dele. A falta de manutenção nos veículos usa-

dos pelos vigilantes também é um agravante para a segurança dos mesmos. Além disso, os vigilantes são obrigados a dirigir os veículos da empresa sem receber nenhuma contrapartida financeira, conforme prevê a convenção coletiva. Os trabalhadores temem que seja cobrado do líder do grupo o prejuízo de um carro roubado quando as cancelas do estacionamento não estavam funcionando.

O jurídico do Sindicato dos Vigilantes irá acionar a empresa e tomar as providências, cobrando a Petrobrás que tome as medidas necessárias em relação à empresa contratada. Não está descartada a possibilidade de um movimento de paralisação dos trabalhadores, caso as irregularidades continuem.

Governo avança em discussões pelo fim da escala 6x1



A classe trabalhadora comemora a ampliação da isenção do Imposto de Renda para os assalariados, já aguardando a aprovação da PEC do fim da escala 6X1. Mudanças que têm impacto direto na qualidade de vida dos trabalhadores.

Estudo do Dieese aponta que mais de 15 milhões de trabalhadores se beneficiaram com isenção do IRPF, sancionada pelo presidente Lula, em novembro de 2025. Desde janeiro de 2026, passou a valer a isenção total para quem recebe até R\$ 5 mil por mês e descontos graduais para quem recebe deste valor até R\$ 7.350.

Por outro lado, quem ganha mais passou a pagar mais. Contribuintes com rendimentos anuais superiores a R\$ 600 mil passam a pagar alíquotas

progressivas, que chegam a 10% para quem recebe acima de R\$ 1,2 milhão por ano. Cerca de 140 mil pessoas estão nesse grupo.

O Dieese estima que cerca de R\$ 26,2 bilhões adicionais por ano passem a circular na economia, sendo R\$ 20,9 bilhões entre celetistas e R\$ 5,2 bilhões entre servidores estatutários. Esse aumento da renda disponível tende a fortalecer o consumo das famílias e dinamizar o mercado interno.

Já a PEC do fim da escala 6x1 foi encaminhada, em 9/02, à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal para análise. A aprovação da redução da jornada sem redução de salário consolida uma demanda histórica da classe trabalhadora.

Carnaval, direitos e resistência cultural em Belo Horizonte



O Carnaval chegou! Para quem gosta da folia, não faltam blocos de rua na capital mineira. Já para quem prefere descansar, o período também é uma boa oportunidade para aproveitar o feriado com a família.

Neste ano, as trabalhadoras e os trabalhadores da Petrobrás do HA terão o abono da Quarta-feira de Cinzas, uma reivindicação histórica conquistada no atual ACT. Para quem aplica, o teletrabalho será mantido na quinta e na sexta-feira.

O Carnaval de Belo Horizonte preserva uma forte tradição popular. Os blocos de rua cumprem um papel fundamental como espaços de resistência, diversidade cultural e manifestação política, com muitos deles abordando pautas sociais, ambientais e a defesa da ocupação da

cidade.

Apesar disso, uma das principais críticas à organização da festa é a condução da política cultural da Prefeitura de Belo Horizonte. Sob o argumento de que não é possível garantir exclusividade de vendas às marcas patrocinadoras, o poder público tem deixado os blocos à própria sorte, priorizando grandes nomes em detrimento do investimento em artistas locais e na cultura popular.

Por reconhecer a importância da diversidade cultural e da valorização dos blocos de rua, o Sindipetro/MG apoia o Bloco Cilada, que mistura samba, reggae, axé, rock e ijexá. O cortejo será realizado no dia 15 de fevereiro, a partir das 10h, na rua Manoel dos Reis, no bairro Jaraгуá, em Belo Horizonte.